



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681470 - SE (2021/0227319-8)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : FABIO BRITO FRAGA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : EVÂNIO JOSÉ DE MOURA SANTOS - SE002884  
MATHEUS DANTAS MEIRA - SE003910  
FABIO BRITO FRAGA - SE004177  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
**PACIENTE** : VICTOR HUGO COUTO SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VICTOR HUGO COUTO SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (HC n. 0009321-57.2021.8.25.0000).

O paciente "*foi preso preventivamente diante do suposto cometimento de crimes de roubo, apropriação indébita, receptação, adulteração de sinal de veículo automotor, falsidade documental e comunicação falsa de crime*" (fl. 40).

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que a segregação cautelar teria sido ordenada por juízo incompetente. Agrega alegação de excesso de prazo para formação da culpa e que não estão presentes os requisitos da preventiva, em especial quando sopesadas as condições pessoais favoráveis do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva ou a concessão de liberdade provisória ao paciente, com eventual fixação de medida cautelar diversa da prisão.

Às fls. 576-585 junta petição onde destaca que fora suscitado conflito negativo de competência, o que entende favorecer sua tese de incompetência do juízo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

*1. O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir habeas corpus contra decisão denegatória de pedido liminar proferida em outra impetração na Instância de origem, nos termos da Súmula 691/STF. (AgRg no HC n. 664.826/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 2/6/2021.)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, em especial porque eventual incompetência do juízo não tem o condão de tornar o decreto de prisão preventiva nulo, porquanto cabível sua ratificação pelo juízo posteriormente declarado competente.

Neste sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO DIRIGIDA CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR RELATOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir habeas corpus contra decisão denegatória de pedido liminar proferida em outra impetração na Instância de origem, nos termos da Súmula n. 691/STF.*

*2. Na hipótese, não há ilegalidade flagrante capaz de autorizar a superação do referido óbice, pois, conforme a jurisprudência desta Corte Superior, o reconhecimento da incompetência do Juízo não acarreta, por si só, a nulidade da decisão que decretou a prisão preventiva, pois o Juízo competente, ao receber o feito, poderá ratificar a referida decisão.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no HC 661.653/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/05/2021, DJe 28/05/2021)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência